

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2014/2015

Que fazem na forma abaixo, de um lado, o **SINDICATO DAS SANTAS CASAS E ENTIDADES FILANTRÓPICAS DO ESTADO DA BAHIA – SINDIFIBA**, CNPJ nº 96.777.958/0001-62 sito à Rua Belo Horizonte, 64 Centro Empresarial Barra Master, 1º andar, sala 112 - Barra Avenida, CEP 40.140-540, nesta Capital, e, do outro lado o **SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DA BAHIA - SINDIMED**, sito à Rua Macapá, 241 - Ondina, nesta Capital, neste ato representados por seus respectivos Presidentes:

**CLÁUSULA 1ª - ABRANGÊNCIA** - A presente Convenção abrange os Médicos, neste ato representados pelo Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia - SINDIMED e que laboram para as empresas pertencentes à categoria econômica representada pelo SINDIFIBA.

**CLÁUSULA 2ª - COMISSÃO PARITARIA** - Nomeiam as partes uma comissão paritária de 04 membros, composta de 02 representantes dos trabalhadores e igual número de representantes das empresas integrantes da categoria econômica, com a finalidade específica de discutir e determinar a viabilidade de implementação da remuneração de sobreaviso, base de cálculo do adicional de insalubridade, piso salarial, condições físicas do conforto médico e prazo da licença maternidade. Esta Comissão terá o prazo de 180 dias a contar da assinatura desta Convenção, para emitir parecer sobre a possibilidade ou não de aditamento a presente Convenção Coletiva de Trabalho com a inserção de cláusulas cujo conteúdo seja o resultado dos estudos desenvolvidos pela Comissão, ora implantada.

**CLÁUSULA 3ª - REAJUSTE SALARIAL** – As empresas integrantes da Categoria Econômica representada pelo **SINDIFIBA** concederão um reajuste de 7% (sete por cento) sobre o salário de abril/2014, com vigência nos meses de maio e junho de 2014. A partir de 01 de julho de 2014 será aplicado o reajuste de 7,5% (sete e meio por cento) sobre os salários vigentes em abril de 2014. As diferenças salariais decorrentes dos reajustes concedidos serão pagas até a folha de setembro/2014.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas poderão compensar os aumentos legais ou espontâneos concedidos no período de **01 de maio de 2013** até **30 de abril de 2014**, com exceção daqueles decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade, mérito, término de contrato de aprendizagem, expressamente concedidos a esses títulos.

**CLÁUSULA 4ª - HORAS EXTRAS** - As horas extras serão pagas, de segunda a sexta-feira, no adicional de **75%**, e, nos sábados, domingos e feriados, no adicional de **100%**.

**CLÁUSULA 5ª - JORNADA DE TRABALHO** - Para o trabalho do médico realizado em regime ambulatorial a carga horária semanal é de 20 (vinte) horas, perfazendo 100 (cem) horas mensais e para o trabalho realizado em plantões de 12 ou 24 horas semanais, a carga horária mensal é de 120 horas, nela já incluído o DSR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

a) É permitida a contratação de jornada inferior ou superior, em regime ambulatorial ou em regime de plantão, com pagamento de salário proporcional ao número de horas contratadas, através de contrato escrito, firmado entre o médico e a empresa;

b) Ocorrendo interesse do empregado e do empregador integrantes das categorias convenientes quanto à alteração da jornada de trabalho deverá ser respeitada a obrigatoriedade da assistência do SINDIMED em face do empregado/médico.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Obriga-se às empresas, na ocorrência das exceções previstas no parágrafo primeiro supra, a fornecer cópia do contrato ao médico, mediante protocolo, sob pena das horas excedentes serem consideradas como jornada extraordinária.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Obriga-se às empresas a divulgarem escala de serviço com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA 6ª – ANUÊNIO** - As empresas que já pagam a vantagem denominada anuênio, cujo valor ficou congelado em 30 de abril de 1998, deverão manter essa condição mais vantajosa para o empregado médico. O valor congelado deverá ser reajustado a partir de **01/05/2014**, pelo mesmo índice de reajuste salarial e de conformidade com a cláusula 3ª desta Convenção.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não fazem jus à vantagem prevista nesta cláusula os empregados que não a tenham adquirido até 30/04/1998.

**CLÁUSULA 7ª - FÉRIAS PROPORCIONAIS** - Fica assegurado aos empregados o pagamento de férias proporcionais acrescidas de um terço, na hipótese de "pedido de demissão", excetuando-se os contratos de experiência, que continuarão regidos pela CLT e Legislação pertinente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O início das férias não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados. E, para os médicos que trabalham em jornada ambulatorial, as férias não podem iniciar-se nos dias de repouso semanal.

**CLÁUSULA 8ª - ADICIONAL NOTURNO** - O adicional noturno será pago no percentual de 50% (cinquenta por cento) para as empresas estabelecidas na capital e 40% (quarenta por cento) para as empresas estabelecidas no interior.

**CLÁUSULA 9ª - AUXÍLIO CRECHE** - Para cada filho menor de 06 (seis) anos, inclusive adotivos, os empregados terão direito ao auxílio creche, no valor de R\$46,22 (quarenta e seis reais e vinte e dois centavos), mensalmente, a partir de maio/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas que concedem bolsas de estudos ficam desobrigadas do cumprimento desta cláusula, desde que o valor da bolsa não seja inferior ao do auxílio creche aqui estabelecido.

**CLÁUSULA 10ª - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR** - As empresas garantirão aos empregados e dependentes legais, dentro dos serviços médicos e hospitalares que

efetivamente dispuserem, no âmbito do seu próprio estabelecimento, assistência médico-hospitalar, sem ônus para os beneficiários e sem obrigação de ampliação dos respectivos serviços para tal fim.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas que implantarem seguro ou plano de saúde ficam desobrigadas de prestar assistência médico-hospitalar em suas unidades. Fica também permitido o desconto em folha de pagamento, referente ao custeio do seguro ou plano de saúde, desde que seja autorizado pelo empregado beneficiário.

**CLÁUSULA 11ª - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL** - Fica assegurada ao empregado eleito ou em exercício no cargo de diretor integrante da Diretoria Executiva do **SINDIMED** ou representante junto a **FENAM**, limitado a 01 (um) por empresa, empregado de qualquer uma das empresas representadas pelo **SINDIFIBA**, a liberação do trabalho sem prejuízo de sua remuneração mensal, excluído, contudo, o fornecimento de vales-transportes.

**CLÁUSULA 12ª - ESTABILIDADE DO APOSENTÁVEL E PRÉ APOSENTADORIA** – Fica assegurada a garantia de emprego, durante os 12 (doze) meses que antecedem a data em que o empregado adquire direito à aposentadoria previdenciária, desde que trabalhe na empresa há pelo menos 08(oito) anos. Adquirido o direito extingue-se a garantia.

**CLÁUSULA 13ª - ALIMENTAÇÃO** - As empresas que possuem refeitório fornecerão aos seus empregados, que laboram em regime de plantão de 12, 24 horas e jornada proporcional entre 12 e 24h, alimentação gratuita, desde que seja do interesse patronal o cumprimento desta jornada por parte do obreiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Quando esta jornada for cumprida por interesse do empregado, que deverá manifestar por escrito a sua opção, as empresas fornecerão alimentação com o desconto autorizado pelo PAT/MTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica pactuado que a alimentação é concedida para a execução do trabalho, não se integrando tal vantagem ao salário, para qualquer efeito de lei.

**CLÁUSULA 14ª - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE** - O adicional de insalubridade será calculado na forma da lei.

**CLÁUSULA 15ª - MÉDICO SUBSTITUTO** – Em caso de substituição por motivo de férias e afastamentos a partir de 30 (trinta) dias, mesmo em função de cargo de confiança, o substituto fará jus ao recebimento da mesma remuneração do cargo do substituído, a partir do 1º dia da substituição e enquanto durar a mesma.

**CLÁUSULA 16ª - REGIMENTO INTERNO DOS HOSPITAIS**– Sempre que solicitado pelo **SINDIMED**, os Hospitais fornecerão cópia do seu regimento interno.

**CLÁUSULA 17ª - ACESSO DE DIRIGENTE SINDICAL A EMPRESA** - Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais, preferencialmente nos intervalos destinados a alimentação e descanso, para o desempenho de suas funções, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

**CLÁUSULA 18ª - COMPROVANTE DE PAGAMENTO** - Os comprovantes de pagamento ou contracheques deverão ser fornecidos e/ou disponibilizados pelas empresas aos seus empregados sem ônus para estes diretamente ou por meios eletrônicos, e emitidos de maneira que neles estejam discriminadas as parcelas pagas, refletindo o espelho de todos os créditos e deduções mensais, inclusive o valor correspondente ao recolhimento do FGTS.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Em caso de necessidade da segunda via o empregado poderá solicitar diretamente à empresa.

**CLÁUSULA 19ª - TAXA ASSISTENCIAL SINDIMED** – Será descontado de todos os empregados em favor da sua entidade sindical a título de Taxa Assistencial no mês de setembro 2014, 2% (dois por cento), calculado sobre a remuneração mensal, já reajustado com as correções e majorações advindas desta Convenção Coletiva de Trabalho, em uma única vez, desde que inexistir oposição manifestada pelo trabalhador perante o Sindicato, até 10(dez) dias subsequentes à assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho antes do pagamento do primeiro salário reajustado, tendo o **SINDIMED** o prazo de 20 (vinte) dias após esgotado o prazo destinado ao trabalhador para comunicar as empresas acerca das eventuais oposições.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ficam as empresas obrigadas a repassar para a direção da referida entidade sindical profissional os valores descontados a serem depositados na agência 3457-6; C/C 807249-3 – Banco do Brasil, acompanhada da lista com o nome dos médicos até o 10º dia útil do mês subsequente ao desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Sindicato patronal fica obrigado a fornecer ao **SINDIMED** a relação das empresas representadas pelo **SINDIFIBA** que ficam obrigadas a cumprir desconto e repasse da taxa assistencial do **SINDIMED**. A relação será entregue ao **SINDIMED** no prazo máximo de 30 dias após a assinatura da convenção coletiva de trabalho.

**CLÁUSULA 20ª - ESTABILIDADE DA GESTANTE** - À médica gestante é garantida a estabilidade no emprego, desde o início da gestação devidamente comprovada até 60(sessenta) dias após o término da estabilidade constitucional.

**CLÁUSULA 21ª - CONDIÇÕES DE TRABALHO** - O empregador fornecerá acomodações dignas e todos os instrumentos de trabalho do médico, além da segurança e higiene no local de trabalho, conforme artigo 71 da CLT.

**CLÁUSULA 22ª - EXAME MÉDICO** - As empresas fornecerão aos empregados cópias dos resultados dos exames admissional, periódico e demissional.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Ficam obrigados, os empregados, a comparecer à Medicina do Trabalho sempre que convocados. Ficando o **SINDIMED** responsável em realizar um trabalho de conscientização junto à categoria.

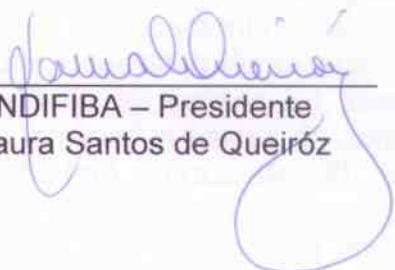
**CLÁUSULA 23ª - ABONO PARA ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL** - O médico poderá utilizar 05 (cinco) dias úteis ao ano, alternados ou contínuos, para participação em congressos, reuniões, simpósios, encontros e outras promoções que tenham por objetivo assuntos relacionados à atividade profissional do empregado e do empregador, desde que previamente avisando, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e acordando com o empregador, apresentando posteriormente comprovante da participação no evento.


**CLÁUSULA 24ª - QUADRO DE AVISOS** - As empresas permitirão a colocação de comunicado para empregados em seu quadro de avisos, desde que previamente encaminhado a direção das empresas.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os avisos terão como finalidade a divulgação de assuntos de interesse da categoria dos trabalhadores desde que não sejam atentatórios e não venham a denegrir a imagem ou reputação da Instituição ou pessoas.

**CLÁUSULA 25ª - PERÍODO DE VALIDADE** - A presente Convenção Coletiva de Trabalho vigorará a partir de 01 de maio de 2014 a 30 de abril de 2015.  
E por estarem de pleno acordo, as partes assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 05 (cinco) vias, para um só efeito.

Salvador, 20 de agosto de 2014.

  
SINDIFIBA – Presidente  
Laura Santos de Queiróz

  
SINDIMED – Presidente  
Francisco Jorge Silva Magalhães

Testemunhas:

